



OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



Ficha país:

R e p ú b l i c a

D o m i n i c a n a

Ano 2022

Panorama demográfico, socioeconômico e trabalhista



Extensão territorial:
48.442 km²



População (censo 2010)¹:
9.445.281 pessoas
População estimada em 2022: 10.621.938 pessoas.



Composição da população (censo 2010): 50,2% homens (4.739.038); 49,8% mulheres (4.706.243).

Produto Interno Bruto (2021): 94.243 milhões de dólares².

PIB 2022: O Banco Central da República Dominicana estimou um crescimento de 5,8% do PIB nos primeiros 4 meses do ano. Estima-se um crescimento de 5% no final do ano.



População Economicamente Ativa (junho de 2022): 4.958.268 pessoas.

¹ A informação apresentada nesta seção foi produzida a partir do Escritório Nacional de Estatísticas da República Dominicana (ONE) do Banco Central, com base em uma revisão dos números mais recentes disponíveis.

² <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=dom&lang=es>



Emprego (segundo trimestre de 2022):

O total de pessoas ocupadas foi de 4.702.017. A taxa de ocupação foi de 59,9%. Das pessoas ocupadas 1.921.899 (40,9%) são mulheres e 2.780.118 (59,1%) são homens.



Desemprego (segundo trimestre de 2022):

Taxa de desocupação de 5,2% (256.251 pessoas).



Informalidade (segundo trimestre de 2022):

A porcentagem de ocupação informal foi de 57,9% com 2.720.681 pessoas na informalidade.



População inativa (terceiro trimestre):

2.896.343 pessoas.



Pobreza (dezembro de 2021): A taxa de pobreza monetária geral foi de 23,9% em 2021. A pobreza extrema foi de 3%. O índice feminino de pobreza é de 125 mulheres em situação de pobreza para cada 100 homens.

Principais destaques da conjuntura de 2022

2022 foi um ano de recuperação econômica que se reflete no crescimento do PIB. No entanto, um fator negativo é a inflação de 9,4%, bem acima da projeção do Banco Central. Isto significou que o aumento da renda das famílias fosse diluído e que, apesar do aumento dos gastos sociais para mitigar o impacto da pandemia, não houvesse redução significativa nos índices de pobreza.

Como consequência da inflação que deteriora a capacidade aquisitiva das famílias, as taxas de pobreza no país não estão diminuindo. O custo da cesta básica familiar aumentou 23,2% e a alta informalidade no mercado de trabalho - que está diretamente relacionada à menor produtividade e salários mais baixos - contribuiu para que a pobreza não diminuísse. Embora tenha havido uma recuperação no emprego durante o ano, sua recuperação de 1,9 pontos percentuais está representada principalmente por empregos

informais.

Por outro lado, os eventos climáticos extremos, aos quais o país está exposto continuamente, colocam em risco o processo de recuperação da economia. O furacão Fiona, que entrou no país em 19 de setembro, ocasionou graves danos, deixando quatro pessoas mortas, cerca de um milhão de pessoas sem água corrente e 350.000 residências sem energia elétrica; centenas de pessoas ficaram desabrigadas por causa da destruição de suas viviendas.

Outro dos problemas do país está relacionado aos altos índices de criminalidade. Em resposta à magnitude da insegurança, o governo ordenou o envio de Forças Militares para as ruas com patrulhas mistas entre polícias e militares para evitar que a criminalidade ficasse fora de controle. As operações-relâmpago por ar e terra sem aviso prévio geram opiniões divididas entre a população; uma parte da população se sente mais segura, outra considera que o patrulhamento não resolve o

problema e que as medidas devem ser orientadas para políticas sociais que garantam a distribuição da riqueza, oportunidades educativas e de emprego para a juventude, e melhorem as condições de vida da cidadania.

Em fevereiro, foi iniciada a construção de um muro fronteiro entre a República Dominicana e o Haiti. Esta foi uma das promessas de Abinader em 2021, alegando a regulação da migração informal e controle do contrabando de mercadorias. A cerca *perimetral inteligente* - como o presidente chama o muro - terá 164 quilômetros de comprimento e uma altura de 3,90 metros. Embora o governo veja a medida como um mecanismo para combater as máfias, o narcotráfico, a venda ilegal de armas e o crime que assola o país, os defensores dos direitos humanos acreditam que o muro é uma forma de desviar a atenção dos problemas reais, usando como pretexto a população migrante como responsável.

Ações sindicais e de outros setores sociais

As centrais sindicais exigiram aos Administradores do Fundo de Pensão (AFP) que restituíssem o dinheiro retirado dos/as afiliados/as do sistema de pensão. A ação sindical de denúncia dos sistemas de seguridade social advertiu que a redução da poupança dos contribuintes pode afetar o sistema financeiro do país, e também que se as AFP iniciarem um desmantelamento progressivo da poupança acumulada, provocarão baixas contribuições, o que significará que os/a funcionários/as terão pouco dinheiro para suas aposentadorias. As exigências dos/as trabalhadores/as têm como objetivo uma aposentadoria digna, pelo que é prioridade interromper as medidas de redução de recursos para os/as empregados/as, e a modificação da Lei de Previdência Social para que seja estabelecido um sistema que garanta a aposentadoria.

As centrais sindicais também alertaram sobre as regressões no Código do Trabalho. O movimento

de trabalhadores/as declarou que não permitirá qualquer retrocesso no novo Código e que trabalhará conjuntamente com todas as centrais sindicais e movimentos sociais para que a legislação previdenciária seja inclusiva, justa e universal, evitando a todo custo a restrição dos direitos adquiridos como resultado das justas lutas dos/as trabalhadores/as. Afirmaram que, na atualidade, 45% das despesas de saúde são cobertas pela população e que a seguridade social não funciona quando mais de meio milhão de trabalhadores/as não estão protegidos/as pela lei.

Após a luta do movimento sindical e das organizações sociais dominicanas pelo reconhecimento e justiça para os/as trabalhadores/as domésticos/as, o governo forneceu os mecanismos para sua formalização; as resoluções incluem o estabelecimento de uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, e salários não inferiores a dez mil pesos dominicanos por mês, de preferência pagos em dinheiro. As propostas e a luta do movimento de trabalhadores/as articulados com outros setores

sociais, atuando na dimensão trabalhista em termos de **igualdade de oportunidades, tratamento, salários e renda adequados**, procuram harmonizar as medidas de melhoria e cumprimento da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estipulando no contrato de trabalho as horas durante as quais os/as empregados/as domésticos/as prestarão serviços e um período de descanso ininterrupto de 36 horas por semana. Os direitos reconhecidos com esta conquista são um salário mínimo, registro na Tesouraria da Previdência Social, delimitação do horário de trabalho, melhor cobertura do seguro saúde familiar, cobertura de risco ocupacional, pensões de sobrevivência e de invalidez, assim como um plano de inclusão no programa de aposentadoria solidária.

Na mesma **dimensão trabalhista**, após conhecer a proposta do Conselho Nacional da Empresa Privada para que as empresas realizem de forma voluntária um aumento salarial para combater a inflação, o sindical dominicano

propôs ao Ministro de Trabalho a convocação do Comitê Nacional de Salários (CNS) para discutir esta possibilidade e a revisão dos salários nesta época de precariedade econômica para os/as trabalhadores/as e a população em geral. Embora os empresários sempre tenham sido reticentes em rever os salários no país, o movimento sindical considera que agora é o momento de preparar uma proposta que também inclua os empregados que ganham mais de um salário mínimo, indo além da competência do CNS, que só pode rever os salários mínimos.

Diante do conflito que está ocorrendo entre o Colégio Médico Dominicano (CMD) e as Administradoras de Riscos de Saúde (ARS), enquadrado na **dimensão trabalhista** e nas **greves e manifestações**, o movimento sindical dominicano tem convocado ao governo de Luis Abinader a buscar soluções imediatas porque os/as afetados/assão os/as trabalhadores/ase suas famílias. O conflito, que resultou em uma jornada de paralisação de serviços e protestos contra as ARS, foi desencadeado pela

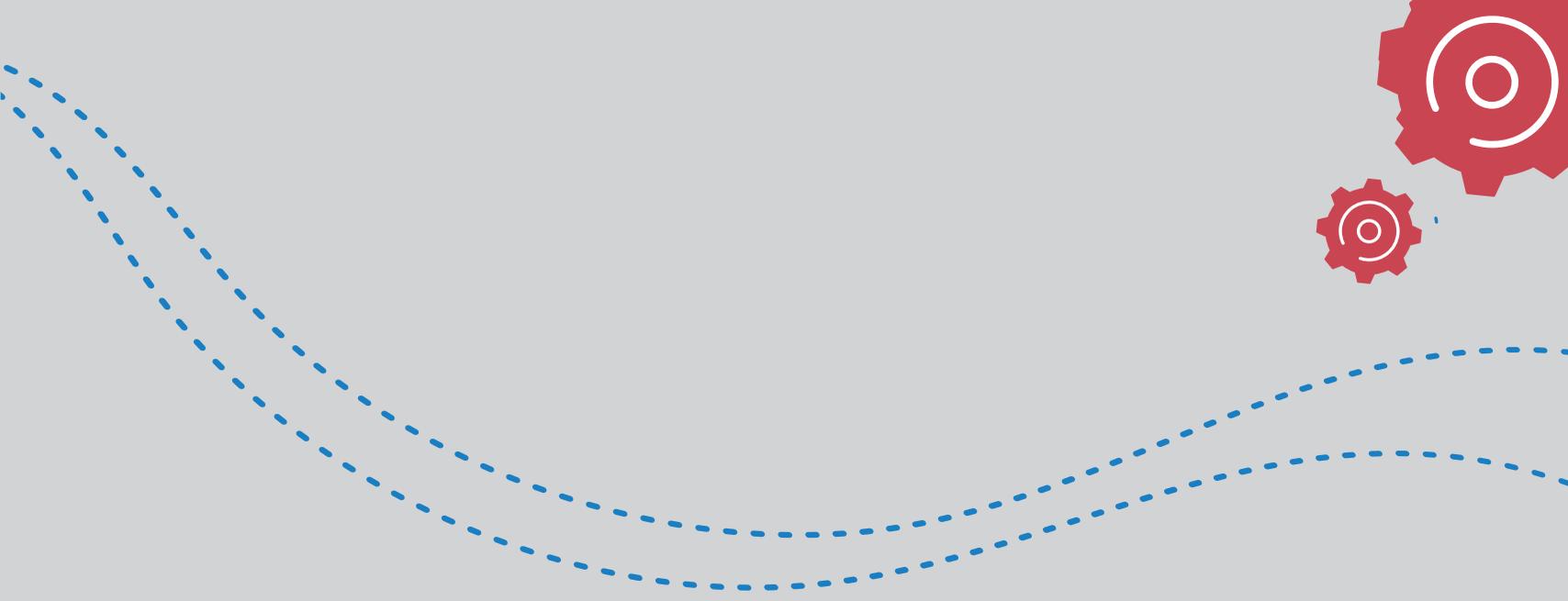
exigência do CMD de uma revisão dos acordos de trabalho e tarifas, que estão desatualizados, e de um aumento para os/as segurados/as de cobertura de medicamentos - que têm uma cobertura insuficiente inclusive para doenças crônicas - e laboratórios clínicos, e para a inclusão de serviços e cobertura para patologias que não estão incluídas no catálogo de benefícios, o que aumenta significativamente o custo para os/as beneficiários/as.

Na **dimensão social** e em matéria de saúde, o movimento sindical solicitou ao Conselho Nacional de Seguridade Social (CNSS) estabelecer medidas que contribuam para a eliminação dos co-pagamentos para os pacientes, para que possam receber serviços de saúde a custos menos elevados. O alto preço que devem pagar os beneficiários contraria o espírito da Lei 87-0, que criou o Sistema Dominicano de Seguridade Social, e que tem entre seus objetivos fundamentais oferecer serviços de qualidade a baixo custo para os usuários. Para o movimento dos/as trabalhadores, os obstáculos colocados para a implementação

dos cuidados primários de saúde fazem parte das manobras de grupos econômicos e financeiros e prestadoras de serviços (PSS) que sempre viram o sistema de seguridade social como um instrumento para aumentar seus benefícios econômicos.

Por outro lado, o movimento sindical propôs ao governo eliminar este ano o imposto sobre as bonificações (um valor extra ao salário recebido pelo/a empregado/a de acordo com os lucros anuais da empresa,

conforme estabelecido na lei 16-92 do Código do Trabalho), como parte das medidas que estão sendo implementadas para aliviar a situação econômica da classe trabalhadora. Esta proposta de **dimensão econômica** com relação à **distribuição de riqueza** aumentaria a renda dos/as trabalhadores/as, assim como sua capacidade de adquirir bens e serviços, de tal forma que o governo ajudaria a melhorar as condições de vida daqueles/as que mais necessitam neste momento.



Apoia

